



EXERCÍCIO DA PROFISSÃO NO BRASIL E NOS PAÍSES DA CPLP

Têm sido publicamente discutidas as opções de muitos Portugueses, sobretudo de quadros qualificados, relacionadas com a procura de novos caminhos profissionais no estrangeiro. De igual forma têm sido colocados na ordem do dia aspetos relacionados com a internacionalização das empresas. Contudo, o movimento que se tem gerado de apoio a estas opções parece querer apenas estimular a emigração e não a internacionalização da engenharia portuguesa, como no nosso entender seria desejável.

Acresce a estes factos que muitos Engenheiros Técnicos nos colocam questões relacionadas com estes aspetos que, embora não estejam diretamente relacionado com a regulação da profissão, preocupam os membros da OET e condicionam as suas opções.

Sobre este assunto, a OET sempre tem recusado a postura desajustada, paternalista e, nalguns casos neocolonial, de algumas Ordens.

O resultado da atuação que tem sido seguida por essas associações conduz aos resultados catastróficos para a dignidade das profissões das quais é suposto zelarem. Consta-se que os Médicos Portugueses estão a ser relegados para um papel menor no Sistema Único de Saúde Brasileiro, só podendo exercer a profissão em regiões limitadas do interior do Brasil. Verifica-se igualmente uma situação no mínimo muito embaraçosa relativamente aos engenheiros, assistindo-se a uma ladainha que nos deixa absolutamente perplexos. Aquilo que os responsáveis do CONFEA disseram na Câmara dos Deputados, em Brasília, no passado mês de abril é absolutamente confrangedor...

O que a OET defende é a livre circulação entre profissionais da CPLP, com reconhecimento mútuo entre as Associações Profissionais congéneres. Embora existam imperativos legais na equação, não faz sentido exigir a equivalência entre cursos superiores uma vez que se trata de atestar a aptidão para o desempenho profissional e não um prosseguimento de estudos académicos. Não faz sentido exigir o reconhecimento académico por equivalência administrativa, mas sim envidar todos os esforços para que o reconhecimento profissional mútuo venha a ser uma realidade, de forma a possibilitar a livre circulação de profissionais num mercado alargado da lusofonia e mesmo possibilitando o exercício local da profissão (por exemplo a elaboração de projetos em Portugal para países terceiros ou a exportação de serviços) sem se ter de emigrar. Em suma, internacionalizar a área da engenharia nacional.

É com enorme pesar que vemos as justificações do CRUP (e agora esclarecidas pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros) que outra preocupação não tiveram que resolver o exercício da engenharia para alguns profissionais de uma forma egocêntrica, como se fosse bom para Portugal

ignorar uma parte dos profissionais da engenharia, menorizando inclusivamente outras profissões, e tratar relações internacionais de cooperação para uma situação muito particular, desenquadrada do interesse nacional, induzindo até o nosso Governo à defesa errada de posições.

E achávamos nós que o CRUP tinha uma visão mais clara e esclarecida destas questões.

Como se Portugal ganhasse alguma coisa com este tipo de comportamentos...

Será que ainda serão necessárias mais derrotas e humilhações para que uma visão mais ampla impere e as pessoas com responsabilidade consigam perceber que o paradigma mudou e que têm que mudar a forma de atuar?

A OET continuará a trilhar o seu caminho na tentativa de encontrar forma de criar um amplo espaço lusófono onde a circulação de profissionais de engenharia seja livre.

Lisboa, 9 de julho de 2013

O Bastonário